



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 30/01/2026

Horário: 09:40

No dia 30 de janeiro de 2026, às 09:40 da manhã, compareceram à sala 305-M do Anexo I, os integrantes da Comissão Permanente de Ética - CPE, instituída por meio do Decreto Judiciário nº 856/2024, e a equipe técnica-administrativa do colegiado, composta pelas servidoras Letícia Marinho Eglem de Oliveira e Daiane de Jesus Gama, conforme deliberação ocorrida na reunião do dia 18 de dezembro de 2025.

Iniciada a reunião, o Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, Presidente da Comissão, a declarou instalada e passou a palavra à servidora Letícia Eglem para apresentação e discussão dos itens da pauta.

A servidora iniciou a explanação do relatório mensal referente ao mês de janeiro de 2026, apresentando, inicialmente, um panorama geral das notícias (denúncias) recebidas pela CPE no ano de 2025.

Consignou que, no referido ano, a Comissão recepcionou 11 notícias (denúncias), todas devidamente triadas e encaminhadas às Corregedorias competentes, em tempo hábil, conforme prevê a Resolução TJBA nº 03/2023. Deste total, quatro foram concluídas com arquivamento pelas Corregedorias, quatro foram arquivadas pela própria Comissão, uma se encontra em fase de sindicância, uma aguarda manifestação de parte interessada e uma está conclusa para decisão do Corregedor Geral da Justiça. Noticiou, ainda, que no mês de janeiro de 2026, não houve recebimento de novas notícias (denúncias).

Dando continuidade, a servidora Daiane Gama destacou que a parceria com o Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau se encontra em fase final de estruturação. Informou, também, que as equipes de ambos os colegiados elaboraram sugestões de materiais institucionais a serem confeccionados pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), os quais integrarão a estratégia de divulgação da parceria nos canais oficiais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA).

Na oportunidade, a servidora Daiane Gama prosseguiu informando que, no ano de 2025, a CPE foi provocada quatro vezes como instância consultiva, sendo três solicitações respondidas em tempo oportuno e uma arquivada por não se enquadrar na competência do colegiado. No mês de janeiro de 2026, também não houve solicitações de consulta.

Em seguida, a servidora Letícia Eglem apresentou as ações administrativas desenvolvidas pela Comissão. Informou que o colegiado recebeu o Ofício Circular nº 02/2026/SGP/GP, oriundo do Gabinete da Presidência, referente ao Ranking de Transparência do Poder Judiciário – Edição 2026, solicitando a publicação de informações sobre resultados e atas da Comissão de Ética. Esclareceu a servidora que tais informações já se encontram publicadas e atualizadas na página institucional da CPE.

Quanto à primeira recomendação a ser emitida pela Comissão Permanente de Ética, os membros procederam à análise do texto apresentado. O Desembargador Presidente sugeriu ajustes com o objetivo de ampliar e qualificar o conteúdo, tornando-o mais completo e



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 30/01/2026

Horário: 09:40

consistente. O texto final será submetido à validação dos membros e, posteriormente, publicado nos canais oficiais do colegiado.

Prosseguindo, a servidora Letícia informou que foram realizadas a revisão e a atualização dos materiais educativos previamente elaborados, tais como: a Cartilha do Código de Ética e Conduta, o Caderno Orientativo sobre o funcionamento da CPE, o *card* com *QR Code* da cartilha e do canal de notícias (denúncias) e a capa da Resolução TJBA nº 03/2023, em formato impresso. Todos os materiais serão repaginados com identidade visual padronizada e publicados em segunda edição nos meios oficiais do Poder Judiciário do Estado da Bahia (PJBA).

Na sequência, iniciou-se a discussão sobre o *kit* CPE, concebido como estratégia de aproximação da Comissão com as comarcas do interior, visando ampliar a divulgação institucional. O *kit* será composto pela cartilha, pelo Código de Ética, pelo Caderno Orientativo, pelo *card* com *QR Code*, por carta direcionada aos servidores e pelo *folder* de solicitação de procedimento restaurativo.

Nesse contexto, o servidor Antônio Nilson dos Santos sugeriu a divulgação integral dos materiais por meio do e-mail institucional dos servidores. O Desembargador Presidente recomendou, ainda, a entrega do material aos juízes auxiliares das Corregedorias e aos próprios Corregedores, para distribuição durante inspeções e correições. Ficou definido que a equipe técnico-administrativa realizará o levantamento das inspeções programadas, a fim de planejar a quantidade de materiais a serem impressos. As sugestões foram aprovadas por unanimidade.

Dando prosseguimento, a servidora Letícia Eglem sugeriu que os membros retomassem a análise do Plano de Trabalho (março de 2025 a março de 2026), com o objetivo de orientar a elaboração do próximo, atividade prevista como competência da CPE na Resolução TJBA nº 03/2023.

Na sequência, as primeiras discussões sobre a nova campanha da Comissão foram iniciadas. Sugeriu-se que o planejamento da campanha ocorra no primeiro semestre, com execução no segundo semestre do ano corrente. Nessa linha, o servidor Neilto dos Santos propôs o amadurecimento de uma campanha voltada ao Sistema de Integridade e seus impactos correlatos às competências da CPE, proposta acolhida pelos presentes e a ser debatida na próxima reunião.

Por fim, foi marcado para o dia 06 de março às 9:30 da manhã a próxima reunião ordinária da Comissão Permanente de Ética.

Assim, eu, **Daiane de Jesus Gama**, de ordem do Desembargador Renato Ribeiro Marques da Costa, subscrevo e encerro a presente ata de reunião com a assinatura de todos os presentes.



Ata de Reunião

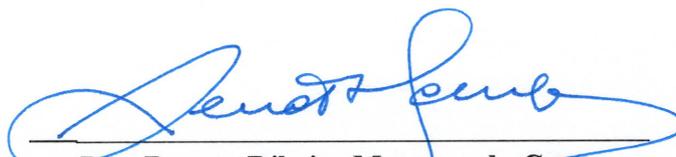
Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 30/01/2026

Horário: 09:40



Des. Renato Ribeiro Marques da Costa
Presidente

Dr. João Paulo da Silva Bezerra
Juiz de Direito eleito pelos Magistrados

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Dr. Eduardo Carlos de Carvalho
Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria Geral de Justiça

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Dr. Moacir Reis Fernandes Filho
Juiz de Direito Auxiliar indicado pela Corregedoria das Comarcas do Interior



Ata de Reunião

Assunto: Comissão Permanente de Ética

Redatora: Daiane de Jesus Gama

Local: Sala 305 M, Anexo I

Data: 30/01/2026

Horário: 09:40

Neilto dos Santos Barreto Filho

Servidor indicado pelo Tribunal Pleno-Secretário da CPE

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Aline Costa Rauen

Servidora indicada pela Secretaria de Gestão de Pessoas

(AUSÊNCIA JUSTIFICADA)

Carmen Silvia Bonfim dos Santos Rocha

Servidora indicada pelos Sindicatos e Associação dos Servidores

Antônio Nilson Euzébio dos Santos

Servidor eleito em votação direta pelos Servidores